

O ESPAÇO OCUPADO PELAS FILOSOFIAS AFRICANAS NO LIVRO DIDÁTICO DO NOVO ENSINO MÉDIO

THE SPACE OCCUPIED BY AFRICAN PHILOSOPHIES IN THE NEW HIGH SCHOOL TEXTBOOK

EL ESPACIO OCUPADO POR LAS FILOSOFÍAS AFRICANAS EN EL LIBRO DIDÁCTICO DE LA NUEVA ENSEÑANZA SECUNDARIA

Cristiano Cezar de Oliveira Passos¹

Resumo

Com a homologação da Base Nacional Comum Curricular em 2017, as matrizes curriculares de todas as etapas foram sendo reconfiguradas nos Estados e Distrito Federal, em uma nova estrutura que dentre suas mudanças agregou as disciplinas da área de Humanas em uma proposta interdisciplinar. Com isso pretende-se analisar o lugar que as culturas afro-Brasileira e africana estão ocupando nessa matriz, em especial nos conteúdos afeitos ao componente curricular Filosofia, elegendo o livro didático de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Programa Nacional do Livro Didático de 2021 como objeto de análise. O foco dessa investigação é realizar uma breve revisão bibliográfica acerca das relações entre ensino de filosofia e filosofia africana, localizar e quantificar o número de autores e autoras afeitos ao tema citados ao longo do livro didático analisado, além de classificar os temas que encontrados que podemos associar ao nosso tema geral e identificar possíveis lacunas temáticas nesse material escolhido. Almeja-se saber, quantos temas tais material associa a filosofia africana nos textos oferecidos aos estudantes do Ensino Médio, quantos africanos e quantas africanas, são citados, citadas, bem como quais filósofos afro-brasileiros e filósofas afro-brasileiras tem seus trabalhos reconhecidos e/ou incorporados ao material didático atual.

Palavras-chave: ensino de filosofia; filosofia africana; novo ensino médio; relações étnico-raciais; livro didático.

Abstract

Following the approval of the National Common Core Curriculum in 2017, the curricular matrices for all stages have been reconfigured in the states and the Federal District. This has entailed the introduction of a new structure, which, among other changes, has incorporated Humanities subjects within an interdisciplinary proposal. In light of the aforementioned considerations, this study aims to examine the role of Afro-Brazilian and African cultures within the aforementioned matrix, with a particular focus on the Philosophy curriculum component. To this end, the 2021 National Textbook Program's Humanities and Applied Social Sciences textbook will be selected as the object of analysis. The objective of this investigation is to conduct a concise bibliographical review on the relationship between philosophy teaching and African philosophy. This will entail locating and quantifying the number of authors related to the theme throughout the textbook under analysis, as well as classifying the themes that can be associated with the general theme and identifying potential thematic gaps in the chosen material. The objective is to ascertain the number of themes associated with African philosophy in the texts provided to high school students, the number of Africans quoted, and which Afro-Brazilian philosophers and their work are referenced and/or incorporated into the current teaching material.

Palavras-chave: philosophy teaching; african philosophy; new high school; ethnic-racial relations; textbook.

Resumen

Con la homologación de la Base Nacional Común Curricular en 2017, las matrices curriculares de todas las etapas han sido reconfiguradas en los Estados y en el Distrito Federal, en una nueva estructura que entre sus cambios se ha agregado las asignaturas del área de Humanidades en una propuesta interdisciplinaria. Con eso, se pretende analizar el lugar que las culturas afrobrasileñas y africanas están ocupando en esa matriz, especialmente en los contenidos relacionados con el componente curricular Filosofía, eligiendo el libro didáctico de Ciencias Humanas

¹ Licenciado em Pedagogia e Filosofia pelo Centro Universitário Internacional Uninter. E-mail: criscezarp@gmail.com

y Sociales Aplicadas del Programa Nacional de Libros Didácticos 2021 como objeto de análisis. El foco de esa investigación es realizar una breve revisión bibliográfica sobre las relaciones entre la enseñanza de filosofía y filosofía africana, ubicar y cuantificar el número de autores y autoras relacionados con dicha temática citados a lo largo del libro didáctico analizado, además de clasificar los temas encontrados que pueden estar asociados al tema general e identificar posibles huecos temáticos en ese material elegido. Se desea saber, cuántos temas de ese material asocia la filosofía africana en los textos ofrecidos a los estudiantes de secundaria, cuántos africanos y cuántas africanas, son citados, así como qué filósofos afrobrasileños y afrobrasileñas tiene sus trabajos reconocidos y/o pertenecientes al material didáctico actual.

Palabras clave: enseñanza de filosofía; filosofía africana; nueva enseñanza secundaria; relaciones étnico-raciales; libro didáctico.

1 Introdução

O objetivo central é investigar o espaço ocupado pelas filosofias africanas no livro didático, reconfigurado para o Novo Ensino Médio e, organizado segundo a nova estrutura curricular trazida para as escolas pós início de implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017, ou seja, um material no qual Filosofia, Sociologia, História e Geografia estão entrelaçadas em uma estrutura que visa abarcar toda a área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Nesse novo contexto do Ensino Médio, já não se tem mais um livro de Filosofia ou Sociologia, como antes. Os livros eram um conjunto de três, às vezes seis, volumes de uma editora, que em tese pretendem contemplar os direitos de aprendizagem e todas as competências e habilidades da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, estabelecidas pela BNCC, a serem trabalhados de forma interdisciplinar ao longo dos três anos que encerram o Ensino Médio.

Apesar das mudanças profundas provocadas pela Lei n.º 13.415 de 16 de fevereiro de 2017, chamada de lei do Novo Ensino Médio, - que alterou diversos artigos da Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - , a mesma não revogou por exemplo a Lei n.º 10.639 de 09 de janeiro de 2003 que inclui no currículo a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”; um marco legal fundante para garantir uma educação para as relações ético raciais na educação em nosso país.

Pouco tempo depois, o Conselho Nacional de Educação (CNE) fortaleceu essa obrigatoriedade e, cumprindo seu papel, aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Resolução CNE n.º 01 de 17 de junho de 2004).

Com o advento da BNCC, as matrizes curriculares foram reconfiguradas em uma nova estrutura que agregou as disciplinas da área de Humanas em uma proposta interdisciplinar. Com

isso, pretende-se analisar o lugar que as culturas Afro-Brasileira e Africana estão ocupando nessa matriz, elegendo o livro didático como objeto de análise.

A investigação que se propõe se soma a tantas outras avaliações iniciais sobre o Novo Ensino Médio nas escolas. No Google Acadêmico, indicando o período 2020-2022, e demarcando as tags “BNCC”, “Ensino Médio” e “livro didático”, encontramos 8.890 publicações (excluindo citações). Já em uma breve pesquisa do estado da arte do tema integrador “filosofia africana”, “BNCC” e “Ensino Médio”, no Google Acadêmico, encontramos 88 publicações, no período 2020-2022. São análises e reflexões sobre o componente curricular de Filosofia, de forma mais ampla, e sobre a filosofia africana e relações étnico-raciais, no conjunto de textos da BNCC, mas não nos livros didáticos. Outros estudos semelhantes referem-se à análise de livros didáticos que se concentram na filosofia africana antes da BNCC, enquanto nenhum deles aponta para a análise de livros didáticos após a BNCC. Dessa forma, o enfoque dado a esta proposta pode ser de grande relevância no contexto atual.

Além de uma breve revisão bibliográfica acerca das relações entre educação e filosofia africana, será feita a localização — e quantificar o número — de autores e autoras afeitos ao tema, citados ao longo do livro analisado; classificar os temas que encontramos no livro analisado que podemos associar ao nosso tema geral; identificar possíveis lacunas temáticas no material escolhido e, por fim, destacar possíveis casos de reprodução de preconceitos.

2 Metodologia e análise dos dados

Entende-se que a proposta dialoga de forma crítica com metodologias do Ensino de Filosofia, em especial com a análise de materiais didáticos. A abordagem usada neste trabalho será qualitativa, com obtenção de informações nos livros didáticos a serem analisados, a partir de prévio levantamento bibliográfico. Pretende-se, na leitura integral do material escolhido, classificar todas as referências encontradas para posterior análise, bem como proporcionar subsídios com essa classificação, para quantificarmos o espaço ocupado pela temática escolhida: a filosofia africana.

Cabe, também, uma justificativa do porquê eleger os livros didáticos como objeto de análise. Inicialmente sabe-se que a literatura didática funciona muitas vezes como manuais e roteiros de aula. Também é possível perceber, por meio dela, algo do que é ensinado nas salas, como e quais concepções atravessam essas práticas; quais processos de dominação estão arregimentados, enfim, trata-se de um material que carrega contextos históricos, socioeconômicos e que busca um certo alinhamento com as políticas educacionais, em especial

as orientações curriculares dos sistemas de educação. Assim, os conteúdos e propostas didáticas e metodológicas impressas se relacionam com os documentos orientadores emanados do Ministério da Educação, do Conselho Nacional de Educação, do Parlamento e seus correlatos nas esferas locais. Nessa perspectiva, podemos afirmar que a literatura didática, imbricada com currículos confeccionados pelo poder público e suas relações, ao menos em alguma medida, são também relações de poder (Silva, 2015, p. 150).

Esses materiais se relacionam de forma estreita com a esfera orçamentária dos governos, por meio das compras em grande escala, feitas periodicamente, em especial pelo Governo Federal por meio do Ministério da Educação e o seu Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), criado em 1985. Nessa perspectiva, entenderemos a literatura didática analisada, não apenas como um objeto depositário de conteúdos educacionais, pois entendemos que esses são elementos mobilizadores e provocadores, atravessados por valores, ideologias e traços culturais.

Dentre as quatorze coleções de livros de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para o Ensino Médio, disponibilizadas pelo MEC por meio do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD-2021, para escolha dos professores e professoras, será analisada a primeira edição dos seis volumes confeccionados pela Editora Moderna (2020), para a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, intitulado “Conexões”. Cada um desses seis volumes encerra 160 páginas impressas e, foram confeccionados a várias mãos, tendo como autores(as) Gilberto Cotrim, Ruy Lozano, Alexandre Alves, Angela Corrêa da Silva, Leticia Fagundes de Oliveira e Marília Moschkovich. Abaixo os títulos temáticos de cada volume: Ciência, cultura e sociedade; Sociedade e Meio Ambiente; Estado, poder e democracia; Ética e cidadania; Trabalho e transformação social; População, território e fronteiras.

Em uma leitura integral desses volumes foram encontrados conteúdos e autores que causaram interesse. O resultado pode ser observado na Quadro abaixo:

Quadro 1: Filosofia africana: conteúdos, autores e autoras afeitos ao tema localizados nos volumes da coleção Cotrim, Gilberto *et al.* Conexões: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (Editora Moderna, 2021)

Id	CONTEÚDO	AUTOR(A) REFERENCIADO(A)	LOCALIZAÇÃO
1	Filosofia ou Filosofias? - As fontes egípcias da Filosofia.	SOMET, Yoporeka	VOLUME “Ciência, cultura e sociedade”, PARTE I, UNIDADE I “Saber é poder”, p. 23
2	Filosofia ou Filosofias? - Sobre o significado de filosofia.	RAMOSE, Mogobe Bernard	VOLUME “Ciência, cultura e sociedade”, PARTE I, UNIDADE I “Saber é poder”, p. 23
3	Algumas narrativas mitológicas. iorubá.	MARINS, Luiz L	VOLUME “Ciência, cultura e sociedade”, PARTE I, UNIDADE II “O domínio da cultura”, p. 47

4	Cosmovisão. Sociedades africanas tradicionais. Conceção de ubuntu	(Sem referência externa, texto dos autores)	VOLUME “Estado, poder e democracia”, PARTE I, UNIDADE I, “Concepções de mundo”, pp. 32-33.
5	As marcas da escravidão e a reconstrução da “consciência de si”	FANON, Frantz	VOLUME “Estado, poder e democracia”, PARTE I, UNIDADE III, “Estado e nação no Brasil e na América Latina”, p. 106.
6	Os quilombos na África.	MUNANGA, Kabengele	VOLUME “Trabalho e transformação social”, PARTE II, UNIDADE II, “O trabalho nas sociedades pré-industriais”, p. 75.
7	História e valores. Revolução da mulher.	GONZALEZ, Lélia	VOLUME “Ética e cidadania”, PARTE I, UNIDADE I, “Ética e justiça social”, p. 25.
8	A ética da filosofia africana do ubuntu	LE GRANGE, Lesley	VOLUME “Ética e cidadania”, PARTE I, UNIDADE I, “Ética e justiça social”, p. 42.
9	Racismo estrutural	ALMEIDA, Sílvio	VOLUME “Ética e cidadania”, PARTE I, UNIDADE IV, “Exclusão e inclusão”, p. 145.
10	Desigualdade Racial no Brasil	RIBEIRO, Djamila	VOLUME “Ética e cidadania”, PARTE I, UNIDADE IV, “Exclusão e inclusão”, p. 146.
11	Neocolonialismo europeu na África. A partilha da África.	AKINWUMI, Olyaemi	VOLUME “População, território e fronteiras”, PARTE I, UNIDADE II, “Fluxos: as dinâmicas populacionais e econômicas e a contemporaneidade”, p. 60.
12	Neocolonialismo europeu na África. A partilha da África.	MBEMBE, Achille	VOLUME “População, território e fronteiras”, PARTE I, UNIDADE II, “Fluxos: as dinâmicas populacionais e econômicas e a contemporaneidade”, pp. 61-62.
13	Neocolonialismo europeu na África. A partilha da África.	CABRAL, Amílcar	VOLUME “População, território e fronteiras”, PARTE I, UNIDADE II, “Fluxos: as dinâmicas populacionais e econômicas e a contemporaneidade”, p. 62.
14	Revoluções e descolonização	FANON, Franz	VOLUME “População, território e fronteiras”, PARTE I, UNIDADE II, “Fluxos: as dinâmicas populacionais e econômicas e a contemporaneidade”, p. 65.
15	Pan-africanismo e negritude	SENGHOR, Léopold	VOLUME “População, território e fronteiras”, PARTE I, UNIDADE II, “Fluxos: as dinâmicas populacionais e econômicas e a contemporaneidade”, p. 68.
16	Pan-africanismo e negritude	CÉSAIRE, Aimé	VOLUME “População, território e fronteiras”, PARTE I, UNIDADE II, “Fluxos: as dinâmicas populacionais e econômicas e a contemporaneidade”, p. 68.
17	Ecossistemas do colonialismo e neocolonialismo europeu no Brasil	CARNEIRO, Sueli	VOLUME “População, território e fronteiras”, PARTE I, UNIDADE II, “Fluxos: as dinâmicas populacionais e econômicas e a contemporaneidade”, p. 73.

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Nessa leitura, encontra-se 17 referências assim distribuídas ao longo dos volumes: Ciência, cultura e sociedade (3 referências); Sociedade e Meio Ambiente (nenhuma referência); Estado, poder e democracia (2 referências); Ética e cidadania (4 referências); Trabalho e transformação social (1 referência); População, território e fronteiras (7 referências).

Observa-se como estão estruturados os conteúdos do conjunto de 06 (seis) volumes da Coleção “Conexões” (Editora Moderna, 2020), é notável que, embora logo nas orientações gerais reproduzidas no início de cada um dos volumes, os autores afirmam que os livros foram

estruturados de forma independente, não havendo gradação, ainda que o conjunto de professores e professoras da área “podem definir, a partir de seus próprios critérios e de seu planejamento, qual será a ordem” (Brasil, 2021, p. 19) que os livros serão trabalhados ao longo do processo de ensino-aprendizagem, boa parte dos conteúdos básicos iniciais, para os quatro componentes curriculares na área, estão no volume intitulado “Ciência, Cultura e Sociedade”.

Alguns desse tópicos são: O ser consciente; Consciência de si e identidade; Modernidade a revalorização do ser humano e da natureza; Método científico; Questão de método nas Ciências Humanas e Sociais; Algumas narrativas mitológicas; Os estudos de Darwin e Wallace; A evolução humana; Antropogeografia e o determinismo geográfico; Diversidade cultural; Cultura, diversidade e multiculturalismo; Etnocentrismo e alteridade; Organização social e cooperação; A teoria da sociedade de Durkheim; O sistema de castas na Índia; A sociedade estamental; A sociedade de classes; o período escravista e a sociedade brasileira; Os habitantes originários do território brasileiro; A percepção e medida do tempo; A revolução cognitiva; Paisagens naturais e paisagens humanizadas; O espaço geográfico; Origens da globalização; As revoluções industriais e etc. A Grécia Antiga (mitologia, cosmologia, pré-socráticos); o período de transição da Idade Média para a Idade Moderna (diferenças entre sociedade estamental e sociedade de classes, Renascimento, humanismo, Iluminismo, Expansão marítimo-comercial européia, colonialismo e escravismo); Definições de cultura, alteridade e etnocentrismo; Diferenças entre paisagens antrópicas e naturais; Espaços geográficos.

Nesse volume é possível encontrar uma referência pontual, porém fundamental a filosofia africana. Na página 23, no box intitulado “Contraponto”, os autores nos apresentam três fragmentos de textos, o texto I intitulado “A filosofia é grega” já diz a que veio, já o texto II intitulado “As fontes egípcias da filosofia” do escritor e filósofo marfinense Yoporeka Somet destaca que “precursores gregos no pensamento e nas ciências (...) foram alimentados pelos conhecimentos egípcios” (Somet, 2016, p. 11); e o Texto III denominado “Sobre o significado da filosofia” do filósofo sul-africano Mogobe Ramose, traz a seguinte afirmação “... a filosofia existe em todo lugar. Ela seria onipresente e pluriversal, apresentando diferentes faces e fases decorrentes de experiências humanas particulares” (2011, p. 4). Ora podemos dizer que essas duas afirmações de Somet e Ramose são seminais para questionarmos não só a suposta origem grega da filosofia, como as origens dos pensamentos filosóficos e científicos, tal qual via de regra é apresentado pela visão eurocêntrica, porém como tais referências não estão incorporadas ao texto corrido (páginas brancas do livro), mas sim em uma atividade inserida dentro do tópico intitulado “Desenvolvimento da consciência” na unidade I, esse conteúdo pode tranquilamente

passar despercebido, tanto pelo estudante, quanto pelo professor ou professora. Cabe destacar que os autores do livro indicam o componente curricular de História (e não Filosofia) para mediar esse tópico intitulado “Filosofia ou Filosofias?”.

Prosseguindo, ainda foi possível encontrar mais uma referência ao tema, agora na unidade I, parte I, no tópico intitulado “O domínio da cultura” (páginas 47-48), encontra-se três fragmentos de textos, narrativas míticas segundo os autores, sendo uma iorubá, uma judaico-cristã e uma tupi-guarani e, todas versam sobre a criação. Nas questões subsequentes os autores pedem para o(a) estudante buscar semelhanças entre essas narrativas, bem como identificações com a experiência pessoal de quem lê. Logo na sequência elencam o tópico intitulado “O que as ciências dizem?” e apresentam o que denominam “estudos concretos” e “explicação racional para a origem humana” (Cotrim, 2021, p. 139), listando referências na geologia, biologia e arqueologia, com destaque para Charles Darwin (1809-1882). Como é apresentado, essa equação induz uma leitura linear e unilateral na história, do tipo antes e depois, errado e certo de que em nada ajuda na desconstrução de preconceitos, dentre eles a intolerância para com as religiões de matriz africana. Ninguém contesta a importância desse conteúdo, porém esses precisavam ser apresentados em oposição? Ora, não seria esse mais um exemplo que pode induzir uma desqualificação de saberes?

Sabe-se que os estudos filosóficos, de matriz ocidental, demarcam a razão em oposição aos mitos como ponto de cisão entre uma cosmogonia (antes) e uma cosmologia (depois), ou em outras palavras, razão ou pensamento racional estariam no cerne do pensamento filosófico, e avançam, em uma perspectiva etnocêntrica, ao demarcar territorialmente o nascimento da razão na Europa, como aponta o filósofo camaronês Marcien Towa (1931-2014). E mais, Towa identifica nessa associação o racismo em conluio com a empreitada colonial, denominada por ele de imperialismo europeu.

São os filósofos europeus que formularam o silogismo do racismo, fundamento ideológico do imperialismo europeu. O silogismo do racismo pode se enunciar assim: O homem é um ser essencialmente pensante, racional. Ora, o negro não é verdadeiramente um homem e pode ser, legitimamente domesticado, tratado como um animal. Sendo a filosofia, aos olhos do filósofo europeu, a manifestação mais brilhante e mais alta da razão humana, negá-la aos negros não passa de uma especificação dada à premissa menor do silogismo racista e imperialista (Towa, 2015 p. 27)

No volume “Estado, poder e democracia”, aparecem duas referências pontuais que relacionam as filosofias africanas. A primeira está no tópico intitulado “Concepções centrais da metafísica” que irá apresentar as primeiras especulações dos gregos sobre essência da realidade ou do ser, elencam Parmênides, Sócrates e Heráclito, pouco adiante trazem, também, Tomás de

Aquino e o finalismo e no último parágrafo desse tópico temos a ressalva que nos interessa. Mencionam visões de mundo e afirmam “em uma sociedade, por exemplo, cuja cosmovisão tem como base a interdependência de todos os seres... é o que observa em sociedades africanas tradicionais que tem como fundamento ético a concepção de ubuntu...” (Cotrim, 2021. p. 123). Junto desse parágrafo o livro traz uma imagem com a legenda descritiva “Dança em ritual coletivo na África do Sul, em 1997. A cena registrada é representativa do ubuntu, termo oriundo das línguas zulu e xhosa, que significa ‘eu sou porque nós somos’” (Cotrim, 2021. p. 122). Na sequência vem a questão “Refleta sobre como a visão de mundo ubuntu... difere da concepção predominante da sociedade em que você vive...” (Cotrim, 2021. p. 123). Na sequência abordam as “cosmogonias”, a grega em específico, e chegam até a “modernidade” com Copérnico, Galileu Galilei, Newton e Descartes; o título do tópico “Do mito à ciência moderna”. Novamente, como organizam o conteúdo, parecem colocar, mesmo que de forma implícita, uma certa oposição, que acaba por apartar ou mesmo diminuir em importância os conhecimentos não europeus.

Caminhando para o final do volume, em um pequeno tópico que versa sobre o movimento abolicionista, surge um fragmento de um texto fundamental, trata-se de “Pele negra, máscaras brancas” (Cotrim, 2021. p. 196) do filósofo e psiquiatra martinicano Franz Fanon, para abordar “as marcas da escravidão e a reconstrução da consciência de si” (Cotrim, 2021, p. 106). Antes temos um tópico sobre a transição da Monarquia à República no Brasil que encerra com conteúdo sobre a Guerra do Paraguai. Depois do texto de Fanon temos um fragmento — da historiadora Lilia Schwarcz — que aborda os dados do primeiro censo geral do Brasil de 1872, com destaque para os dados relacionados à população escravizada, “liberta” e descendente. Essa referência ao pensamento de Fanon é uma peça colocada em um lugar que agrega e enriquece o debate com reflexões filosóficas acerca do contexto abordado, sob um ponto de vista que não é o do colonizador.

No volume “Trabalho e transformação social”, foi encontrada uma única referência. No tópico intitulado “A resistência à escravidão”, há um fragmento de texto sobre “Comunidades quilombolas” que traz afirmações importantes do antropólogo brasileiro-congolês Kabengele Munanga a saber “os quilombos surgiram na África entre os séculos XV e XVI como uma necessidade político/militar dos grupos étnicos bantu [...] ao longo do tempo outras etnias incorporariam a experiência, transformando-a, e conferindo à mesma um caráter pluriétnico [...]” (Cotrim, 2021, p. 75). Munanga traz com isso a perspectiva e a história dos quilombos em África e do ponto de vista afro, se contrapondo a narrativa do colonizador acerca dos quilombos enquanto local de escravos fugidos.

No volume “Ética e cidadania”, temos no início (Cotrim, 2021, p. 25) em um tópico intitulado “Histórias e valores – Revolução da mulher” temos uma imagem de Lélia Gonzales seguida da legenda “Lélia Gonzales na década de 1980, Rio de Janeiro (RJ). A antropóloga e filósofa brasileira dedicou a carreira à pesquisa sobre relações de gênero e etnia” (Cotrim, 2021, p. 115). Não traz mais nada, porém achamos importante constar a informação de que “existe” uma mulher negra filósofa brasileira, pois essa informação por si só tem potencial para deslocar perspectivas. Na sequência (Cotrim, 2021, p. 42) temos mais uma referência a ubuntu, dessa vez contextualizada dentro da filosofia africana, trata-se do fragmento de texto do professor sul-africano Lesley Le Grange intitulado “A ética da filosofia africana do ubuntu”.

Já no final do livro temos no tópico intitulado “Racismo e desigualdade no Brasil” uma sequência interessante de fragmentos de textos que, lidos em conjunto, podem provocar deslocamentos e reflexões importantes. O primeiro deles é “O que é racismo estrutural” do filósofo e jurista brasileiro Silvio Almeida, o segundo é “Pequeno Manual antirracista” da filósofa brasileira Djamilia Ribeiro, o terceiro é “Situação social da população negra no Brasil”, publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada –IPEA, e o quarto é uma notícia da Agência Câmara intitulada “Projeto elimina critério racial das cotas de universidades e institutos federais”. Além do tema e do debate, é algo importante ver dois dos nomes mais importantes da filosofia no Brasil atualmente, nomes ligados ao pensamento e a atuação antirracista a serem incorporados aos livros didáticos.

No volume “População, territórios e fronteiras” foi encontrado o maior volume de referências. Foi iniciado com fragmentos de uma entrevista com o filósofo camaronês Achille Mbembe que, ao ser indagado, apresenta uma perspectiva afro, não eurocêntrica, acerca das fronteiras e faz uma reflexão sombria sobre o futuro, afirmando ser a África a última fronteira para a exploração capitalista. Segundo Mbembe, nessa entrevista, “[...] nas sociedades africanas pré-coloniais, o movimento, a circulação, é a condição de princípio de todas as dimensões da sociedade [...] o movimento precede o espaço, o território [...] é completamente diferente da concepção europeia, em que o espaço vem antes do movimento” (Cotrim, 2021, p. 61-62). Logo na sequência o livro traz um fragmento de discurso do líder guineense Amílcar Cabral, também apresentando uma perspectiva africana para o problema da opressão colonial exercida pela Europa, que enriquece a fala de Mbembe e deste capítulo todo intitulado “A partilha da África”, que no fim ainda traz mais um fragmento de texto do filósofo Franz Fanon abordando ainda nesse mesmo contexto histórico, o colonialismo europeu na guerra travada pela França contra a Argélia. Fanon novamente desloca o olhar acerca dessa questão, nos mostrando uma

perspectiva radical que questiona as bases da colonização e os pensamentos do colonizador e do colonizado, articulando a descolonização do pensamento.

Ainda no mesmo capítulo temos um tópico intitulado “Pan-africanismo e negritude” que afirma ser o pan-africanismo uma “doutrina filosófica que deu fôlego aos movimentos de independência no continente africano [...] discute especialmente a identidade africana e dos afrodescendentes e os meios de libertar o continente africano do domínio colonial” (Cotrim, 2021, 158). Menciona também dois nomes importantes do pensamento decolonial, o senegalês Léopold Senghor e o martinicano Aimé Césaire.

Ainda no mesmo volume, no tópico intitulado “Ecos do colonialismo e neocolonialismo europeu no Brasil”, os autores trazem novamente o debate do racismo estrutural, fazem uma crítica a já referida democracia racial de Gilberto Freyre. Nessa página encontraremos uma imagem da filósofa brasileira Sueli Carneiro ao lado de uma imagem de Abdias Nascimento. Não há referência a eles ou ao pensamento deles no texto. Porém, no universo eurocêntrico das Ciências Humanas, refletido nas universidades e escolas, a simples imagem deles pode provocar deslocamentos no(a) leitor(a), o que por si só, mesmo com a insuficiência do texto apresentado, já é algo.

3 Revisão bibliográfica

Uma linha de força central neste trabalho é a relação entre o ensino da filosofia no Ensino Médio e a obrigatoriedade de conteúdos afro-brasileiros e africanos nos currículos da Educação Básica. A partir dessa relação será buscado o espaço ocupado, atualmente, pelas filosofias africanas nos livros didáticos. Nesse horizonte podemos apresentar algumas questões iniciais, são elas: faz sentido falar em filosofia africana? E dessa questão já podemos desdobrar outra: Filosofia ou filosofias? Geralmente é ensinado que a origem da filosofia está na Grécia, sendo essa disciplina de forma automática associada ao percurso histórico ocidental. Onde buscar então as bases para pensar filosofias africanas? Essas questões vêm sendo perseguidas a tempos e em boa medida e foi alcançado algumas respostas para elas, não sem necessariamente haver uma discussão sobre o racismo, e em especial o racismo antinegro.

Quando é pensado em filosofia africana, não se pode deixar de citar, mesmo que de forma breve, o filósofo Marcien Towa (2015), camaronês que mostra a possibilidade de considerarmos a multiplicidade de filosofias, fazendo com que seja pensado em uma filosofia africana. Towa demarca o racismo como o fundamento ideológico do imperialismo europeu, que visa apartar o negro do pensamento racional, com classificações como “pensamento pré-

lógico”, quando se referem a África. Segundo Towa, o que visam com isso é legitimar diversas formas de opressão e partilha colonial. Outro filósofo fundamental nesse debate é o sul-africano Mogobe Ramose que também destaca o papel das guerras de colonização empreendidas contra o continente africano pelos europeus no “o assassinato das maneiras de conhecer e agir dos povos africanos conquistados”. Ramose denominou “epistemicídio” a tentativa dessas “autoridades” (2011, p. 9) (europeias) em definirem o que seja “filosofia”. Ainda no campo dos fundamentos e proposições para uma outra perspectiva acerca da filosofia, cabe também destacar as contribuições do filósofo Molefi Kete Asante que, em uma crítica contundente ao eurocentrismo, delimitou com precisão a proposta afrocentrista.

Deve-se enfatizar que afrocentricidade não é uma versão negra do eurocentrismo. Eurocentrismo está assentado sobre noções de supremacia branca que foram propostas para proteção, privilégio e vantagens da população branca na educação, na economia, na política e assim por diante. De modo distinto do eucentrismo, a afrocentricidade condena a valorização etnocêntrica às custas da degradação das perspectivas de outros grupos. Além disso, o eurocentrismo apresenta a história particular e a realidade dos europeus como o conjunto de toda a experiência humana (Asante, 1987 *apud* Noguera, 2014, p. 48).

Algumas reflexões elencadas, a princípio, pelo filósofo francês Michel Foucault, em especial as que estão nos cursos realizados entre 07 de janeiro e 17 de março de 1976 no Collège de France, reunidos no volume intitulado “Em defesa da sociedade” também precisam ser aqui mencionadas (Foucault, 2010). Esse curso de Foucault é permeado pela questão ou a problemática do poder, e será nele que o referido filósofo dará corpo a dois conceitos fundamentais que nos interessam sobremaneira, o de “poder disciplinar” e o de “biopoder”. Partindo da análise das heranças do fascismo e do stalinismo, Foucault abordará ainda as semelhanças e distinções entre sociedade democrática e sociedade totalitária no que tange em especial a racionalidade política e os dispositivos de poder. Nesse percurso Foucault delimita o que chamou de “saberes sujeitados ou sepultados”; é desse ponto que partiremos. O próprio nos explica logo no início do curso:

E por “saber sujeitado”, entendo duas coisas. De uma parte, quero designar, em suma, conteúdos históricos que foram sepultados, mascarados em coerências funcionais ou em sistematizações formais. (...) eu entendo igualmente toda uma série de saberes que estavam desqualificados como saberes não conceituais, como saberes insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, saberes hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível de conhecimento ou da cientificidade requeridos (Foucault, 2010, p. 7).

Em diálogo com Foucault, a filósofa Sueli Carneiro também apresentará seu entendimento do que seja epistemicídio, entendendo esse para além de atos arbitrários que

mascaram ou sepultam saberes já abordados pelo filósofo francês. Carneiro (2005), ao se aprofundar nas raízes e objetivos do empreendimento colonial que fundou nosso Estado, em especial seus desdobramentos históricos, que ainda permeiam a sociedade atual, testará o conceito de biopoder de Foucault no estudo das relações raciais e destaca o epistemicídio enquanto processo intencional de controle de corpos, mentes e corações.

Sendo, pois, um processo persistente de produção da inferioridade intelectual ou da negação da possibilidade de realizar as capacidades intelectuais, o epistemicídio nas suas vinculações com as racialidades realiza, sobre seres humanos instituídos como diferentes e inferiores constitui, uma tecnologia que integra o dispositivo de racialidade/biopoder, e que tem por característica específica compartilhar características tanto do dispositivo quanto do biopoder, a saber, disciplinar/normalizar e matar ou anular. É um elo de ligação que não mais se destina ao corpo individual e coletivo, mas ao controle de mentes e corações (Carneiro, 2005, p. 97).

Ainda nessa direção, porém em uma perspectiva geopolítica mais abrangente, é necessário trazer para esse debate o filósofo camaronês Achille Mbembe (2018), que ao refletir sobre os conceitos de biopolítica e biopoder de Foucault, a partir de contextos coloniais e neocoloniais, e colocá-los em relação com as noções de soberania e estado de exceção, cunhou o conceito de necropolítica para nos apresentar a configuração contemporânea do Estado (que legitima a subjulgação da vida ao poder da morte). Mbembe afirma que:

a raça foi a sombra sempre presente no pensamento e na prática das políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros – ou a dominação a ser exercida sobre eles (Mbembe, 2018, p. 18).

As contribuições de Carneiro e Mbembe fundamentam a necessidade de dimensionarmos o debate acerca da Filosofia e seu ensino, incluindo no nosso horizonte de análise uma atenção ao racismo epistêmico, engrenagem intencional das ações de sujeição, silenciamento e apagamento de determinados saberes.

Destacaremos, também, as proposições do filósofo e professor Renato Nogueira, uma referência contemporânea fundamental, para compreendermos os impactos desse epistemicídio ou racismo epistêmico no Ensino de Filosofia e superarmos esse mencionado paradigma de cunho eurocêntrico - quando estudamos filosofia seja na escola e/ou na universidade -, a partir do que ele denomina uma “geopolítica africana e afrodiaspórica” e de uma “visão pluriversal”.

Nogueira (2014) nos apresentou um sistema de posições e lugares geopolíticos da produção filosófica, em uma chave que também enxergará as relações entre dominação e racismo antinegro que, cabe lembrar, mesmo que sob outras formas, já estavam presentes na

antiguidade de gregos e romanos, conforme estudos elencados pelo mesmo no seu pioneiro livro “O Ensino de filosofia e a lei 10.639”.

Aqui cabe um parêntese para explicitar o que entendemos aqui afrodiáspora, tal qual Noguera nos apresenta, a saber:

Por afrodiáspora se deve entender toda a região fora do continente africano formada por povos africanos e seus descendentes, seja pela escravização entre os séculos XV e XIX, seja pelos processos migratórios do século XX. Ou seja, considerando a divisão do continente africano em cinco regiões – África Setentrional, África Ocidental, África Oriental, África Central e África Meridional -, podemos nomear aqui a reorganização em outros continentes como a sexta região, afrodiáspora: a “África fora do continente”, sua cultura e sua história (Noguera, 2014, p. 40).

Assim, como Ramose (2011), ele também identifica as pegadas do racismo e do colonialismo no apagamento de saberes e sustenta que:

a colonização implicou na desconstrução da estrutura social, reduzindo os saberes dos povos colonizados à categoria de crenças ou pseudossaberes sempre lidos à partir da perspectiva eurocêntrica. Essa hegemonia, no caso da colonização do continente africano, passou a desqualificar e invisibilizar os saberes tradicionais, proporcionando uma completa desconsideração do pensamento filosófico desses povos. Neste sentido, o racismo antinegro assume uma categoria específica que se denomina racismo epistêmico (Noguera, 2014, p. 27)

Com Noguera (2014), percebe-se que o discurso filosófico ocidental, promove categorias próprias, que podemos relacionar com a colonização e seus efeitos. Tal discurso carrega um olhar de validação (ou não) de determinados saberes, o que de outro ângulo pode promover a desqualificação epistêmica, que destacamos aqui enquanto invisibilização intencional dos saberes e produções africanas.

4 Considerações finais

Inicialmente, foi abordado de forma breve o contexto de mudanças da Educação Básica no Brasil, advindos da homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017 e leis correlatas, porém detemos nossa atenção maior ao arcabouço legal, decorrente da aprovação da Lei n.º 10.639 de 2003 que tornou obrigatória a inclusão de conteúdos de História e Culturas afro-brasileira e africanas nos currículos.

Para fazer a conexão desse debate com o Ensino de Filosofia e, em especial, a filosofia africana, foram pontuados os motivos para escolher o livro didático como objeto de análise, foi apresentado a sistematização do que foi encontrado para então ser pontuado as referências da teoria afrocêntrica que animam este estudo.

Sobre os conteúdos encontrados e sistematizados, pode-se afirmar que as filosofias africanas têm sim um espaço no conjunto de livros didáticos que analisamos. Esse espaço varia segundo o tema (ou no caso volume). No volume intitulado “Sociedade e Meio Ambiente” não ter nenhum conteúdo que se relaciona às filosofias africanas, lacuna essa que precisa ser destacada. Já no volume intitulado “Ciência, cultura e sociedade”, livro no qual, conforme já destacamos, estão os fundamentos das ciências humanas que geralmente são trabalhados logo no início do Ensino Médio, encontramos sim alguns tópicos fundamentais que nos ajudam a pensar possíveis filosofias africanas, inclusive um texto de Ramose. Porém a forma como os conteúdos estão encadeados, aceitando que isso não é aleatório, eles acabam por reproduzir a lógica eurocêntrica que foi criticado no trabalho.

Essa organização se repete outra vez no volume “Estado, poder e democracia”, no qual, mais uma vez, os referenciais eurocêntricos dominam a trilha de aprendizagem proposta, que insiste em repisar a lógica da Grécia como fonte inicial e referencial onipresente. Salvo o espaço dado ao filósofo Franz Fanon, bem colocado, mas infelizmente uma exceção neste volume.

Já nos volumes “Trabalho e transformação social” e “Ética e cidadania”, embora a pauta seja pontual, leia-se por isso, um único tópico em cada livro, os conteúdos são fundamentais para pensarmos as filosofias africanas e foram apresentados em uma perspectiva não europeia além de estarem relativamente contextualizados. As inserções de fragmentos de textos de Kabengele Munanga, Silvio Almeida e Djamila Ribeiro reposicionam os conteúdos sob a perspectiva afro-brasileira, com potencial de provocar interpretações não eurocêntricas ou ao menos apresentar um ponto de vista mais contextual sobre os ecos da escravidão, racismo estrutural e história e cultura dos povos africanos.

Por fim o volume “População, territórios e fronteiras”, que entendemos como mais próximo do que perseguimos, são 28 páginas não sequenciais, dedicadas a África, em especial ao colonialismo e neocolonialismo europeu, as fronteiras arbitrárias impostas pelo colonizador, as consequências, os movimentos, as guerras e lutas por libertação, pan-africanismo e negritude e relações entre classe, raça e poder no Brasil. Dentre essas 25, podemos apontar no mínimo 5 que contém conteúdo diretamente relacionados e que apresentam um ponto de vista não eurocêntrico para os temas tratados, com destaque para os textos de Achille Mbembe e novamente de Franz Fanon, duas referências fundamentais nos debates contemporâneos acerca do pensamento decolonial.

Foram encontradas as filosofias africanas nos livros analisados, o espaço ocupado ainda é pequeno, mas elas estão presentes, por vezes de forma incipiente, residual ou mal posicionada. Com algumas exceções, em especial quando o contexto é o período contemporâneo, século XX

para ser mais preciso. Porém, como afirmam alguns pensadores trazidos para este texto, para rompermos com o racismo epistêmico, é fundamental voltarmos lá atrás, na suposta certidão de nascimento grega da filosofia e desconstruir a linha discursiva que ainda insiste em afirmar padrões universais que não reconhecem racionalidades não ocidentais, que negam a legitimidade de epistemologias não ocidentais, em um arranjo de critérios específicos (ocidentais) que necessariamente precisam estar articulados com os gregos. Visão essa, fortemente eurocêntrica e que, como vimos, escamoteia e se funda em um discurso racista desdobrado em uma prática colonialista. Nesse sentido, a Lei nº 10.639 de 2003 é um instrumento importante e nos abriu caminhos para romper esse paradigma.

Referências

BRASIL. **Manual Professor Impresso** - Critérios Comuns. SIMEC- Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação Ministério da Educação / SEB - Secretaria Educação Básica. Disponível em: https://gestaopnld.mec.gov.br/attachments/download_inline/113982/0192P21204%20-%20Aprovada%20com%20falhas%20pontuais.pdf. Acesso em: 16 set. 2024.

CARNEIRO, A. S. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação) – Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <https://negrasoulblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>. Acesso em: 16 set. 2024.

COTRIM, G. *et al.* **Conexões: ciências humanas e sociais aplicadas**. v. 6. São Paulo: Moderna, 2021.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

NOGUERA, R. **O ensino de filosofia e a lei 10.639**. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

RAMOSE, M. B. Sobre a Legitimidade e o Estudo da Filosofia Africana. *Revista Ensaios Filosóficos*, Rio de Janeiro, v. 4, p. 6-25, 2011. Disponível em: http://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo4/RAMOSE_MB.pdf. Acesso em: 16 set. 2024.

TOWA, M. **A ideia de filosofia negro-africana**. Belo Horizonte: Nandyala, 2015

SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

SOMET, Y. A África e a filosofia. **Revista Sísifo**, [s. l.], v. 1, n. 4, p. 80-101, 2016. Disponível em: https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/yoporeka_somet_-_a_%C3%81frica_e_a_filosofia.pdf. Acesso em: 16 set. 2024.